

CAMPOS, Fernando Arruda, *Tomismo hoje*, Col. Estudos Medievais, São Paulo/Santos, Ed. Loyola/Leopoldianum, 1989, 407 pp.

Numa co-edição das Edições Loyola e Leopoldianum, o Prof. Fernando Arruda Campos oferece ao público brasileiro cultivado nas lides filosóficas esta bela monografia, que vem completar uma outra publicada em 1968, sob o título *Tomismo e neotomismo no Brasil*. O A. tem o mérito de expor, com a clareza própria de quem domina as fontes do pensamento estudado, o espírito da obra filosófica do Aquinate. A perspectiva da sua exposição é a de considerar o Tomismo como uma das autênticas expressões da *philosophia perennis*.

A estrutura da obra compreende duas partes distintas. Na primeira é exposta a própria síntese de Santo Tomás e seu significado na história da filosofia. Com outras palavras, a primeira parte compreende um estudo da filosofia que exprime o pensamento histórico de Tomás de Aquino, comunicado através de suas obras, e a sua evolução histórica. Na segunda parte considera-se o desenvolvimento da filosofia do Angélico, em sua situação atual, especialmente a partir de 1945. Neste sentido, focalizam-se três aspectos distintos e complementares do Tomismo contemporâneo. Em primeiro lugar, expõe-se a abertura do Tomismo ao pensamento contemporâneo. Em segundo lugar, estudam-se os grandes mestres que se destacam por oferecer uma síntese original. Em terceiro lugar, estes autores são inseridos numa "visão geográfica", que considera a atuação e

evolução da história do Tomismo nas várias partes do mundo.

A edição apresenta-se num volume harmonioso, que faz jus à síntese do Aquinate. Apesar do cuidado com que a obra terá sido revisada, à p. 31 há um parágrafo ininteligível: "Atuaram ambos com Carlos Maria Curci (1810-1891), na fundação da Civiltà Cattolica, importante órgão da propagação do ao tomismo, movimento este que iria encontrar intensa oposição por outros jovens tomistas, suscitara, no escolasticado de Nápoles, já na primeira metade do século XIX, um vivo entusiasmo pelo retorno ao tomismo, movimento este que iria encontrar intensa oposição por parte do Colégio Romano, onde dominavam os dinamistas Tongiorgi, Palmieri e Sechi". À p. 340, o padre Penido é apresentado como jesuíta, o que honraria à Companhia de Jesus, mas não confere com o fato de ele ser sacerdote da Arquidiocese do Rio de Janeiro. O livro é enriquecido por uma boa bibliografia e um índice onomástico. Concluindo, o recenseador apresenta ao Prof. Campos as suas congratulações por esta obra que virá prestar uma ajuda valiosa para a filosofia no Brasil.

Marcelo F. de Aquino

PEREIRA, Otaviano José, *Aristóteles: o equilíbrio do ser*, Coleção Prazer em Conhecer, São Paulo, FTD, 1990, 95 pp.

Esta publicação sobre Aristóteles é destinada basicamente a jovens que es-

tão cursando o 2º grau. Apresenta uma visão sintética do sentido da filosofia na história, destacando a figura de Aristóteles e a importância de seu pensamento. Além de um esboço do conteúdo central da obra do Estagirita, desenvolvido ao longo dos seus seis capítulos, o livro dá uma caracterização geográfica, social, econômica e política da Grécia arcaica e clássica, desde o nascimento até o esplendor e enfraquecimento das suas cidades (*poleis*). O filósofo Aristóteles é situado no seu contexto; sua obra se deveu à "poderosa corrente espiritual que durante séculos vinha movendo a Grécia antiga" (p. 17).

O capítulo quarto, intitulado "As Ciências e a Lógica contra o Caos" expõe sucintamente os graus do saber segundo Aristóteles e tece algumas considerações sobre sua visão de cosmos (ordem e hierarquia). A parte mais longa refere-se à apresentação da Lógica Formal. Na última página situa a lógica moderna, de Bacon (1561-1626) à Boole, Russel e Whitehead, com a invenção da Lógica Matemática.

O texto traz no final de cada capítulo um questionário para trabalho pessoal de reflexão e propostas de atividades envolvendo pesquisas em jornais e revistas. No item "Anexos", excertos do filósofo estudado e poemas escolhidos de escritores que tematizam questões filosóficas como Fernando Pessoa e Carlos Drummond de Andrade possibilitam melhor fixação e compreensão do conteúdo. Os textos para reflexão procuram despertar no estudante a atitude interior de questionamento e posicionamento diante dos fatos da vida concreta.

Em síntese, o livro em questão é didático, de leitura fácil e atraente, capaz de despertar o gosto filosófico do público iniciante, motivando-o a um aprofundamento posterior.

José Martins dos Santos Neto

KERN, H.; SCHUMANN, M., *El fin de la división del trabajo. Racionalización en la producción industrial*, CELER, Servicio Tecnico de Traducciones, Centro de Publicaciones Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Madrid, 1989, 396 pp.

Os autores de *Trabajo industrial y ciencia laboral* (1970) apresentam uma nova pesquisa sociológica sobre as formas emergentes de racionalização do processo industrial. O trabalho apóia-se em pesquisas de opinião e entrevistas realizadas entre agosto de 1981 e maio de 1983, em empresas representativas dos setores-chave da produção industrial na República Federal da Alemanha. A hipótese central é que nesses setores tem lugar uma transformação fundamental dos conceitos produtivos, que dá lugar a novas formas de racionalização (ou a uma nova lógica) e permite assinalar uma evolução provável nos mencionados setores. A neo-industrialização é proposta como marco interpretativo em lugar da re-industrialização. Aquela é entendida não como simples fenômeno tecnológico, mas como transformação complexa da estrutura industrial, para o que se requer uma mudança paradigmática político-trabalhista das empresas.

Depois de um capítulo introdutório e outro metodológico, os AA. passam a demonstrar a tese da transformação dos conceitos de produção em três casos concretos: a indústria automotora (cap. III), a construção de máquinas-ferramentas (cap. IV) e a indústria química (cap. V). No cap. VI, pretendem pôr às claras a especificidade dos novos conceitos de produção com breves referências a uma indústria que não está na ponta do desenvolvimento tecnológico — a alimentícia —, a outra que está imersa em crise — os estaleiros — e ao setor dos desempregados. No capítulo final, abordam o alcance so-

cial dos novos conceitos de produção, de importância social supra-setorial, e interpretam as descobertas realizadas como ponto de partida para uma política de modernização cuja escala é um critério social global.

A publicação desta obra em 1985 abriu um vivo debate na República Federal da Alemanha. Os novos conceitos produtivos tornam problemático que se continue falando de "classe operária", e suscitam uma interessante discussão sobre as ampliações sócio-trabalhistas e os custos sociais da implantação das novas tecnologias. A tradução espanhola deixa a desejar, mas pode-se pagar este preço para ter acesso ao interessante conteúdo da obra.

Juan A. Guerrero

WERNECK SODRÉ, Nelson, *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, 202 pp.

Werneck Sodré, com mais de trinta títulos publicados, alguns dos quais passam da décima edição, é soberaneamente conhecido do leitor brasileiro. O tema deste trabalho é uma das constantes da sua extensa obra, mas talvez seja *A formação histórica do Brasil* (1963, 12ª ed. 1987) o parente mais próximo deste livro. O A. afirma, apesar das controvérsias suscitadas por aquele, não ter tido motivos para mudar suas teses. Neste trabalho serve-se do mesmo método usado naquela obra e espera encontrar novos motivos para persistir na posição então adotada (p. 9).

A obra é concebida em duas partes bem diferenciadas. A primeira delas, excessivamente reiterativa, estuda a formação do capitalismo e da burguesia no Brasil até 1930. As particularidades do caso brasileiro tomadas

pelo A. como ponto de partida — desenvolvimento desigual, coexistência no mesmo período de diferentes capas históricas e transplantação do exterior das bases sobre as quais se assentaria a sociedade — pareceriam convidar a desistir do uso das etapas clássicas no esquema conceitual marxista — escravidão, feudalismo, capitalismo —, para explicar a formação do capitalismo brasileiro. Não é assim neste caso. O A. tenta mostrar a passagem de umas etapas às outras — com as peculiaridades próprias brasileiras, é claro — e defende ao mesmo tempo que isso não é adoção de uma fórmula como se fosse universal e obrigatória (p. 25).

Não faltam polêmicas nesta obra. Interessante é a que mantém com Caio Prado Júnior (p. 83), pioneiro da historiografia marxista no Brasil, o qual não vê modo de produção semelhante ao que se poderia chamar de feudalismo. De fato, parece um pouco forçado chamar, como faz o A., de feudalismo tanto as missões amazônicas como as reduções jesuíticas do sul.

A segunda parte é dedicada ao avanço das relações capitalistas e à consolidação de uma burguesia nacional de 1930 a 1954; ao que, embora inconclusa, o A. chama de "revolução burguesa". É a "época Vargas" — "o maior dirigente que a burguesia brasileira gerou" (p. 120). Nesta parte, estuda a política nacionalista de Vargas em seus dois períodos de governo, com relação às duas grandes crises internacionais da época: a que se seguiu a 1929 e a da Segunda Guerra mundial e o pós-guerra. Conclui esta parte uma análise do progressivo isolamento e solidão de Vargas com relação à sua base política, que o levou ao trágico final. Independentemente do conjunto da obra, é interessante o capítulo dedicado ao endividamento, no qual se faz uma breve história da dívida externa

desde a Independência até o final da época Vargas.

Capitalismo e Revolução burguesa no Brasil talvez não seja um livro indispensável para conhecer a história econômica brasileira. É sobretudo um documento de uma forma de fazer história, ligando fatos e situações particulares a uns conceitos universais pré-fixados, no interior de uma ortodoxia, a marxista, neste caso. Os amantes de tal ortodoxia e os que gostam dos matizes de escolas serão os mais interessados nesta obra.

Juan A. Guerrero

NETTO, José Paulo, *Democracia e Transição Socialista. Escritos de Teoria e Política*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, 143 pp.

Esse ensaio é destinado ao leitor que está preocupado com as mudanças ocorridas no mundo do "socialismo real" e, também, a todas as pessoas que refletem a proposta de Marx, a partir de um marxista. Fundamentalmente, o objetivo do A. é reafirmar que o destino da história ainda é o comunismo.

Para defender essa convicção, o A. nos oferece o seu esforço intelectual dos últimos 10 anos. Trata-se de textos que foram publicados em diferentes periódicos brasileiros. O pressuposto básico é um posicionamento contra o que o A. denomina de duas vertentes político-ideológicas desse período, ou seja: "a tentativa de reatualizar os valores da tradição liberal e o esforço para provar que a crítica às formas do que se chamou de socialismo real implicava a renúncia à perspectiva da revolução" (p. 9).

Através de uma seqüência de textos que inicia com "Sade e a Contraface do liberalismo", seguida por "Marx: a propósito da crítica de 1843", "Teoria e

revolução", "Notas sobre a democracia e transição socialista", "Criticando a utopia (respostas à Presença)", "A redefinição da democracia", e concluindo com "Gorbachev dilemas e implicações", o A. pretende um convencimento de que a trajetória liberal do Ocidente deve persuadir o movimento socialista revolucionário de que a democracia e a transição socialista são indissociáveis.

Nesse sentido, o A. apresenta o eurocomunismo como portador de uma estratégia democrática que remonta às fontes "clássicas" do pensamento socialista revolucionário (p. 104). Contudo, ele se recusa a confundir a transição socialista com a via eurocomunista, pois seria privilegiar e absolutizar um único padrão de ruptura (p. 105). Ademais, o A. entende que a possibilidade de um quadro teórico deverá abranger a essencialidade plural das alternativas possíveis de ruptura (p. 105).

Na perspectiva da estratégia democrática, o A. enfatiza três requisitos colocados pela redefinição da democracia política, sem os quais a transição socialista seria impensável. O primeiro é a abertura da via para a democratização da sociedade e do Estado, o segundo é a introdução do proletariado e seus aliados estratégicos nas atividades da gestão social, e o terceiro é a instauração de uma dinâmica societária que permita vincular o "mundo do trabalho" ao "mundo da cultura" (p. 127).

Reconhecendo que não é possível formular prognósticos seguros sobre o desenvolvimento das reformas em curso na União Soviética, o A. se refere ao momento soviético como sendo resultado de uma vontade política, na qual os objetivos centrais estão polarizados numa estratégia de modernização sócio-econômica inadiável (pp. 131-2). O A. está convencido de que existem três elementos que devem ser aprofundados

pelos socialistas revolucionários: "o primeiro é que depois de Gorbachev nada será como antes no movimento comunista (...); o segundo é a revalorização da busca das vias nacionais da transição socialista; o terceiro é a valorização da democracia como instrumental estratégico do processo revolucionário" (pp. 141-2).

Certamente, o grande mérito deste trabalho está no empenho com que o A. apresenta sua reflexão, conciliando dados históricos com dados atuais, a partir de uma tentativa de síntese dialética. Entretanto, a perspectiva profética apresenta-se como um demérito, porquanto o profetismo é próprio de um discurso teológico e não se coaduna com um discurso que se

propõe puramente lógico. Nesse sentido, convencer-se de que a alternativa está entre o comunismo ou a barbárie (p. 112) parece mais um ato de fé do que o resultado de uma posição que se coloca ao lado do legado marxiano, que é apresentado no texto como sendo um complexo de hipóteses e soluções sempre a verificar (p. 61).

Com efeito, já na introdução do ensaio, o próprio A. reconhece que focaliza algumas passagens que reclamam melhor formulação, argumentos que deveriam ser mais explorados. Portanto, isso é uma demonstração de que no nível da reflexão, ele pode nos oferecer muito mais.

Erivaldo P. dos Santos